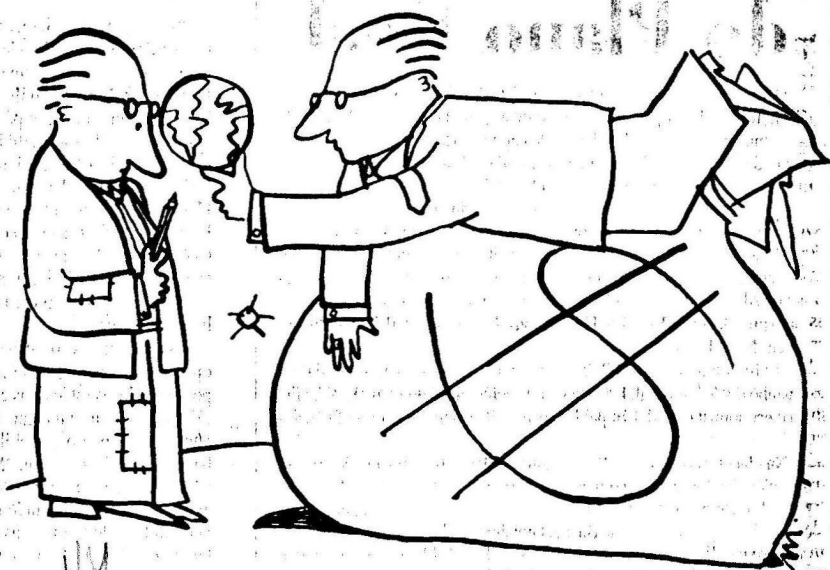




Jogo de empurra

VILLAS-BÔAS CORRÊA

*"De que me serve um saco cheio de dinheiro
P'ra comprar um quilo de feijão?"*

*Saco de Feijão, samba de Francisco Santana
(1977)*

"A história da dívida é muito complicada" - acutela-se Sérgio Abranches do alto da sua celebrada competência, driblando o risco de apontar culpados pela desordem que bate recordes históricos nos percentuais da dívida pública e nos picos do endividamento externo.

E é a história inconclusa de um jogo de empurra entre governos e políticos, adversários no desafio da irresponsabilidade.

Difícil seguir o rastro, sem se perder nos desvios e atalhos das acusações cruzadas, na longa caminhada que costuma aproximar-se da beira do abismo da eterna advertência do medo ou se dele se afastar nos raros períodos de bonança.

Mas, para começar a colocar um mínimo de ordem na mixórdia, convém apartar a dívida externa do buraco das contas domésticas.

Economistas de saudável humor ou com de fígado azedo, entendem-se em meio às desavenças que cultivam como charme profissional, que a dívida externa é relativamente pequena, 46 bilhões de dólares. Em termos absolutos ou em comparação com as aperturas do mundo.

No período do real, que principia em 94, enlouquece com a crise da Ásia e mergulha de ponta na recaída da implosão da Rússia, a maior parcela é da responsabilidade de empresas privadas multinacionais, quando se viram forçadas ou tentadas a trocar o endividamento em reais por créditos mais baratos em dólares. Exigências e trapas da prioridade do governo pela consolidação da estabilidade financeira, bancada com a obstinação de não mexer na taxa de câmbio e na conseqüente ancoragem na elevação dos juros.

Cobertor curto para cobrir o corpo na friagem da transição. Juros na estratosfera para atrair capitais externos estimularam a baldeação das dívidas em reais para a segurança dos abrigos no exterior. De capitais nacionais, com esconderijos no estrangeiro e de investimentos em dólares.

A curto, curtíssimo prazo, o volátil capital especulativo que endoia o mundo com a velocidade com que se movimenta, pelas teclas do computador, farejando lucros, fugindo dos riscos verdadeiros ou imaginários e, na retirada, destruindo a confiança dos investidores. A dança maluca das bolsas, no sobe-desce das cotações, estragou o baile comemorativo da década de sucessos do neoliberalismo globalizado.

A quem cabe a culpa pela violência com que a resaca arrebetou nas praias do real? A oposição no discurso de campanha e na choradeira dos resultados cobre o governo de críticas pela paridade cambial sustentada além dos limites da sensatez. Mas, não avança na areia da temeridade para recomendar a imediata desvalorização do real. E assim, não saímos do lugar.

No áspero diálogo do piano com a orquestra, o governo e o coro de economistas que o apóia argumentam que pagaram a conta certa para amparar o real. E que, bem apuradas as coisas, as empresas não dissiparam empréstimos em dívidas fúteis. Investiram na valorização do patrimônio, na modernização do processo produtivo para enfrentar a concorrência internacional.

E, com todo o desatino da crise, as reservas cambiais estão se estabilizando acima dos 46 bilhões de dólares, suficientes para bancar a fuga dos investimentos de curto prazo. Não há risco de colapso, tanto mais que o que ficou do capital especulativo é um residual que não assusta.

Círculo vicioso - A dívida pública inchou até a deformidade doentia por culpa do déficit público, o qual, por sua vez, disparou na garupa dos juros dessembrados.

E, voltamos ao carrossel que gira em torno do eixo e não leva a lugar nenhum. Só diverte as crianças e os marmanjos.

O salto da cultura inflacionária, sedimentada em décadas da gangorra de planos fracassados de estabilização da moeda, como o cruzado de dolorosa memória com fases de conformismo com a corrida dos reajustes dos preços e salários para a aterrissagem na planície do real foi brusco e de penosa adaptação.

No começo, as flores da redescoberta de viver em

país com moeda estável, valorizando salários, promovendo a melhoria do padrão das classes mais pobres. Os espinhos picaram os dedos na hora de fechar o balanço das contas públicas.

Fácil a mágica do equilíbrio no paraíso da inflação. Tapava-se buracos de qualquer fundura segurando os salários por dois, três meses, que do resto a inflação cuidava. E com sobras, os celebrados excessos de arrecadação que financiavam obras e faziam a alegria dos empreiteiros nos reajustes dos contratos e da distribuição das gorjetas.

Despesa não indexada; receita corrigida pela inflação, eis a fórmula da felicidade federal; estadual e municipal.

A cara fechada da estabilidade exigiu o ajuste fiscal de governadores e prefeitos. Exigiu não é bem o verbo. Poucos fizeram o chamado dever de casa: Bahia, São Paulo, Ceará. Algumas prefeituras. Os demais não quiseram ou não puderam cortar nas pelancas das folhas de pagamento dos servidores, engordadas pelo empregismo político, pelo nepotismo, pela bagunça da incompetência de mãos dadas com a irresponsabilidade.

Atropelados pela crise em dose dupla, os que engastaram despesas, suportaram o tranco. A renegociação da dívida dos estados e municípios aliviou a barra dos encalacrados.

Mas, todos sentem na carne a ardência da queimadura no organismo mundial. Depois da queda asiática, o coice da Rússia, obrigando nova supervaloração do real para os tonteantes 49% que disparam a dívida. E, afinal, a brecha da saída com o negociado socorro do Fundo Monetário Internacional (FMI), em operação bem encaminhada.

As reservas cambiais desfalcadas devem receber a ajuda de cerca de 30 bilhões de dólares, recuperando a saúde para exibição externa de 70 a 80 bilhões. Empréstimo à disposição, do qual não precisaremos lançar mão. Basta o aceno aos investidores que restaure a confiança nos investimentos no país dissipando as dúvidas sobre o risco de desvalorização do real.

No osso - O governo pede novos apertos no cinto. Não há mais o que cortar. Servidores amparados pela estabilidade não podem ser demitidos. As pressões, tenta-se concluir a aprovação da reforma administrativa para permitir o alívio das folhas de pagamento até os limites constitucionais de 65% da arrecadação. O rombo da Previdência reclama o remendo da aprovação da reforma encailhada no Congresso.

Antes de jogar pedras no telhado do vizinho, a equipe econômica esbarra na evidência de que o governo também não tem muito mais o que cortar: Orçamento engessado por despesas obrigatórias com pagamento de salários, aposentadorias e pensões; por verbas vinculadas de liberação compulsória; repasses aos estados e municípios - a tesoura só pode podar 18%, o encolhido percentual do custeio e investimento.

Ajuste fiscal só com emendas constitucionais. Depende do Congresso, da longa tramitação que passeia por duas votações na Câmara e duas no Senado na boléia da exigência de dois terços de votos favoráveis em cada uma. Se não atingir o quorum, pára onde atolar e não anda mais.

Em outubro, no sufoco da crise asiática, o governo lançou o pacote de ajustes do déficit público, que acabou não cumprindo. Prometeu o que não podia fazer, com a demissão de 33 mil servidores não estáveis.

O novo plano de alívio urgência para acudir o repique russo, já anunciado, que terá que esperar o segundo turno e a absorção dos seus resultados, antes da partida para articulações no Congresso, renova promessas de outubro. Penduradas na boa vontade do Congresso; do agonizante com prometida sobrevivência com a convocação extraordinária para janeiro e já novo, a instalar-se em 1º de fevereiro.

Até lá, continuamos a ninar angústia, tecendo desfazendo o tecido do tapete de Penélope, que é mais altos os juros mais inútil o esforço de desmuntar os nós no corte dos gastos. Entaladela sintética do comentário pitoresco do economista Paulo Roberto de Castro: "Se você dá comida para o fio de cabelo, cria uma cobra".

E a pendenga sem fim das culpas cruzadas passará por mais um teste de impossível prognóstico, Congresso, velhusco ou remocido, acudirá o governo em desespero? Ou sairá da reta, brandindo a evasão de quem pariu Mateus cuide de embalá-lo.